

Moratória ficou inviável, diz Bacha

A manutenção da chamada "moratória técnica", adotada pelo Brasil em fevereiro deste ano para os juros da dívida externa, está ficando inviável por causa da precária posição de caixa do País. Foi o que disse ontem o ex-presidente do IBGE, economista Edmar Bacha, em palestra no seminário da dívida externa promovido pela PUC/Rio, governo do Estado e Associação Brasileira de Imprensa. Segundo ele, é preciso apresentar aos credores uma proposta definida e que preserve os interesses do País, incluindo a conversão do principal e dos juros em obrigações, ou títulos, emitidos pelo Brasil e vinculados ao desempenho da economia brasileira.

Para Edmar Bacha, não se trata de um simples retorno ao modelo de negociação seguido até 1985, que incluía a necessidade de criação de grandes superávits comerciais externos para manter o pagamento dos juros em dia. Segundo o economista, é preciso adotar a estratégia que chamou de "redefinição", visando reduzir significativamente a transferência de recursos financeiros ao Exterior. Essa estratégia incluiria a renegociação plurianual de toda a dívida, com redução substancial dos "spreads" bancários e o reempréstimo automático das amortizações devidas pelo País às instituições multilaterais de crédito, ou seja, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e FMI, pelo menos nos próximos três anos. Essas amor-



Carlos Chicarino

Bacha (dir.), com Lara Resende: "Problema é o caixa"

tizações envolvem um montante de US\$ 5 bilhões.

O terceiro ponto da proposta de Bacha envolve o que chamou de "cardápio de alternativas" para a conversão tanto do principal como de parte dos juros em títulos brasileiros negociáveis de vários tipos, para garantir igualmente uma redução das transferências de recursos para o Exterior. Deveriam ser oferecidos incentivos para favorecer a conversão do principal e dos juros em obriga-

ções condicionadas ao desempenho da economia e das exportações brasileiras. Quanto maior a fração de juros que os bancos estivessem dispostos a converter, tanto mais facilidades teriam para a conversão do principal em capital de risco no País. Os que recusassem a opção de reempréstimo ou capitalização, poderiam receber títulos de longo prazo em substituição aos empréstimos anteriores, envolvendo um desconto não inferior aos praticados no mercado

secundário de Nova York. Bacha assinalou que essa estratégia reduz as transferências de recursos, mas implica em "contato ampliado com o FMI ou o Banco Mundial".

Ainda sobre a questão da dívida, os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas — respondendo a uma pergunta do jornalista Hé-

lio Fernandes — assinalaram que são favoráveis a que os futuros compromissos externos do País sejam submetidos previamente ao Congresso Nacional. Fernando Henrique ressaltou que, nas condições atuais da tramitação de questões dessa ordem no Congresso, essa iniciativa seria inviável, mas declarou-se favorável

desde que haja uma reforma nos procedimentos do Congresso, incluindo maior racionalidade nas decisões.

Durante o seminário o economista Eduardo Modiano, da PUC/RJ, defendeu o aumento substancial da carga tributária para garantir a capacidade de poupança e investimento do setor público.